



Ata da reunião ordinária n.º 15 de 07 de dezembro de 2015
da Junta de Freguesia da Vila de Capelas

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, nesta Vila de Capelas e na sala para este fim destinada, reuniu, em sessão ordinária, a Junta de Freguesia de Capelas sob a Presidência de Rui Alexandre Barbosa de Sousa, com os vogais Norberto Manuel Rodrigues da Costa (Secretário) e Carla Alexandra Melo Reis (Tesoureira).

O Senhor Presidente saudou todos os membros do executivo e agradeceu a sua presença na reunião, declarando de seguida aberta a reunião às dezoito horas e cinquenta minutos.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – ATIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA

Pelo senhor Secretário foi dado a conhecer aos restantes membros do executivo o ponto de situação dos trabalhos e tarefas em curso e/ou executadas, fazendo saber o seguinte:

- Continuação da limpeza dos caminhos do IROA, S.A., nomeadamente, o Caminho da Lomba e o Caminho do Goyanes;
- Limpeza de sumidouros em vários caminhos agrícolas;
- Construção de rampa de acessibilidade à Igreja de Nossa Senhora da Conceição;
- Montagem de iluminação e decoração de natal;
- Continuação da execução do muro de pedra no Caminho das Pias;
- Continuação da marcação das covas do cemitério e de alinhamento de epitáfios;
- Manutenção e limpeza de todos os arruamentos da Vila;
- Recolha de animais mortos dos arruamentos da Vila;
- Limpeza de terreno em frente à Escola Profissional de Capelas para plantação de árvores;
- Limpeza de espaços verdes, nomeadamente na zona de Santana, Abelheira e Odres;
- Recolha de monstros por toda a Vila de Capelas;
- Colaboração no transporte dos escalões de formação do Capelense Sport Clube para os treinos e jogos calendarizados;
- Distribuição de raticida;
- Transporte de mesas para o jantar de angariação de fundos da Banda União dos Amigos;



- Transporte de barco para o ATL da Casa de Povo (Salão Polivalente) para festa de natal;
- Transporte dos escuteiros para atividade nas Sete Cidades.

PONTO 2 – PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2016 (DL N.º 166/2015)

Foi presente à apreciação do órgão executivo o plano e orçamento para o ano de 2016, com um orçamento global de 172.707,82 € (cento e setenta e dois mil, setecentos e sete euros e oitenta e dois cêntimos).

Em termos de grandes opções do plano para o ano de 2016, para além de assegurar-se as despesas correntes de funcionamento (instalações, pessoal, equipamentos, consumíveis, etc...) destaca-se a aquisição de ferramentas, a aquisição de software informático, apoio à habitação degradada no âmbito do Protocolo com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, na área de ação social, a construção de uma casa mortuária, da sede do clube de patinagem, a aquisição de um sistema de rega para o campo de futebol e de projetores de iluminação para o campo de futebol.

Ao nível de protocolos celebrados com as Secretarias Regionais da Solidariedade Social e da Agricultura e Ambiente, serão asseguradas ainda algumas pequenas obras de reabilitação em habitações que carecem de intervenção urgente, na sua maioria, propriedade de pessoas idosas, desempregadas, com baixos recursos e com pouca mobilidade e capacidade para requererem e gerirem apoio e a reconstrução de taludes e muros de proteção nas Grotas do Morro e do Cadima, respetivamente.

Ao nível do acordo de colaboração de delegação de competências da Câmara Municipal de Ponta Delgada, está previsto a execução da manutenção dos espaços verdes e limpeza das vias públicas.

Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar o plano e orçamento para o ano de 2016 que será submetido à apreciação da Assembleia de Freguesia para cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO 3 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2016 (DL N.º 167/2015)

Foi presente á apreciação do órgão executivo o plano plurianual de investimentos para 2016 com um total de 37.310,44€ (trinta e sete mil, trezentos e dez euros e quarenta e quatro cêntimos), que consta das seguintes obras; reabilitação em diversas moradias, no valor de 17.660,44€ (dezassete mil, seiscentos e sessenta euros e quarenta e quatro cêntimos), reconstrução de talude na grota do morro e limpeza do leito e execução de muros de proteção da grota do cadima, no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), aquisição de software informático, no valor de 150,00€ (cento e cinquenta euros), aquisição de ferramentas e utensílios, no valor de 1.000,00€ (mil euros), apoio á habitação degradada, no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), construção de uma casa mortuária, com um valor de 500,00€ (quinhentos euros), construção de uma sede para o clube de patinagem, no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), aquisição de um sistema de rega para o campo de futebol, no valor de 500,00€ (quinhentos euros) e aquisição

de projetores de iluminação para o campo de futebol, no valor de 5.500,00€ (cinco mil e quinhentos euros).

Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar o plano e orçamento para o ano de 2016 que será submetido à apreciação da Assembleia de Freguesia para cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

PONTO 4 – PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2016 (DL N.º 168/2015)

Foi presente à apreciação do órgão executivo o plano plurianual de atividades para o ano de 2016, com um total de 9.000,00€ (nove mil euros), que consta essencialmente de apoio às instituições religiosas, desportivas e culturais desta Vila, no valor de 8.000,00€ (oito mil euros) e também da manutenção do relvado sintético do campo de futebol, com um valor estimado de 1.000,00€ (mil euros).

PONTO 5 – INVENTÁRIO DOS BENS DA FREGUESIA (DL N.º 169/2015)

Pelo Senhor Presidente, foi presente à apreciação do órgão executivo o inventário dos bens da Freguesia. Destaca-se, como principais bens adquiridos em 2015, um martelo elétrico, duas rebarbadoras, uma carrinha Opel Vivaro, quatro sofás em pele, uma coleção de fotografias de pessoas e locais turísticos da Vila de Capelas, uma ventoinha, uma máquina de cortar relva e um quadro bordado da Região Autónoma dos Açores, oferta do senhor Luís Rocha.

Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar o inventário dos bens da freguesia que será submetido à apreciação da Assembleia de Freguesia para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

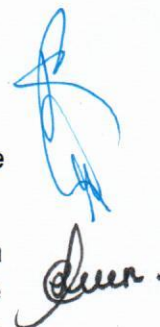
PONTO 6 – MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS DA FREGUESIA (DL N.º 170/2015)

Foi presente à apreciação do órgão executivo o mapa de pessoal dos serviços da freguesia nos termos do art.º 5.º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, não havendo qualquer alteração no ano de 2015.

Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar o mapa de pessoal dos serviços da freguesia que será submetido à apreciação da Assembleia de Freguesia para cumprimento do disposto na alínea m) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO 7 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA (DL N.º 171/2015)

Nos termos do disposto na alínea i) do art.º 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na sequência da aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação



de Competências em sessão ordinária da Assembleia Municipal do passado dia 26 de novembro, o assunto foi presente à apreciação e votação do órgão executivo.

O Senhor Presidente da Junta comunicou aos restantes membros do executivo que a delegação de competências bem como as verbas a transferir pela Câmara Municipal de Ponta Delgada mantêm-se inalteráveis para o ano de 2016, o que confirma o compromisso assumido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Manuel Bolieiro, com todas as 24 Juntas de Freguesia do Concelho de Ponta Delgada. Mais referiu que o valor a transferir pela Câmara Municipal de Ponta Delgada para a Junta de Freguesia no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências para o ano de 2016 é de 55.243,90 € (cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta e três euros e noventa cêntimos).

O Senhor Presidente da Junta reforçou ainda a importância deste contrato interadministrativo e do acordo de execução de delegação de competências com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, que permite ao executivo da Junta ter uma previsibilidade das receitas e das transferências em duodécimos durante o ano, simplificando o cabimento das despesas, a gestão dos compromissos e pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços.

No seguimento da votação, a Junta deliberou, por unanimidade, aceitar e aprovar a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para o ano de 2016 a celebrar com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, no valor total de 55.243,90 € (cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta e três euros e noventa cêntimos).

Mais deliberou a Junta, nos termos da alínea j) do art.º 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter a referida proposta de delegação de competências da Câmara Municipal de Ponta Delgada à aprovação do órgão deliberativo na próxima sessão ordinária de Assembleia de Freguesia, a realizar no corrente mês.

No total, o valor a transferir pela Câmara Municipal de Ponta Delgada no âmbito do Contrato Interadministrativo e do Acordo de Execução de Delegação de Competências para o ano de 2016 será de 85.040,38 € (oitenta e cinco mil, quarenta euros e trinta e oito cêntimos), onde 29.796,48 € (vinte e nove mil, setecentos e noventa e seis euros e quarenta e oito cêntimos) correspondem ao montante previsto no Acordo de Execução (válido por quatro anos – mandato autárquico).

PONTO 8 – REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS PARA 2016 (DL N.º 172/2015)

Pelo Senhor Presidente, foi presente à apreciação do órgão executivo, a proposta de atualização do Regulamento e Tabela Geral de Taxas da Freguesia de Capelas para o ano de 2016, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro. Por defender o executivo, a inexistência de qualquer aumento na generalidade das taxas como forma de atenuar os efeitos da crise económica que se continua a fazer sentir, o assunto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o novo Regulamento e Tabela Geral de Taxas para 2015 será submetido à aprovação do órgão deliberativo na próxima sessão ordinária de Assembleia de Freguesia, a realizar no corrente mês.



PONTO 9 – NORMA DE CONTROLO INTERNO PARA 2016 (DL N.º 173/2015)

Pelo Senhor Presidente, foi presente à apreciação do órgão executivo, a Norma de Controlo Interno para o ano de 2016. Colocado o assunto à votação, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a presente norma, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Mais deliberou a Junta enviar esta nova redação da Norma de Controlo Interna à Assembleia de Freguesia para conhecimento, não carecendo no entanto esta norma de aprovação deste órgão deliberativo.

PONTO 10 – REGULAMENTO DO CEMITÉRIO DA VILA DE CAPELAS PARA 2016 (DL N.º 174/2015)

Pelo Senhor Presidente, foi presente à apreciação do órgão executivo o novo Regulamento do Cemitério da Vila de Capelas para o ano de 2016. Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar o referido regulamento.

Para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este regulamento será submetido à aprovação do órgão deliberativo na próxima reunião ordinária de Assembleia de Freguesia, a realizar no corrente mês.

Mais deliberou a Junta, e após aprovação do presente regulamento em Assembleia de Freguesia, dar conhecimento do mesmo a todas as agências funerárias que habitualmente prestam serviço no Cemitério de Capelas.

PONTO 11 – SEXTA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (DL N.º 175/2015)

Foi presente à apreciação do órgão executivo a 6.ª revisão ao plano plurianual de investimentos, efetuada no passado dia 04 de dezembro de 2015. A revisão ao PPI consistiu no seguinte:

1. Do Proj./Ação N.º 2015/01.01.01.10 – “Aquisição de Máquina de cortar relva”, com dotação atual de 1.698,93 € (mil, seiscentos noventa e oito euros e noventa e três cêntimos), retirou-se 750,00 € (setecentos e cinquenta euros), ficando este projeto/ação com a dotação corrigida de 948,93 € (novecentos quarenta e oito euros e noventa e três cêntimos);
2. Abertura do Proj./Ação N.º 2015/01.01.01.11 – “Aquisição de motosserra”, com dotação inicial de 0,00 €, ficando este projeto/ação com a dotação corrigida de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros).

Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, ratificar a presente revisão ao PPI.



PONTO 12 – TERCEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES (DL N.º 176/2015)

Foi presente à apreciação do órgão executivo a 3.ª revisão ao plano plurianual de atividades, efetuada no passado dia 12 de outubro de 2015. A revisão consistiu no seguinte:

1. No Proj./Ação N.º 2015/02.05.02.01 – “Clube de Patinagem da Vila de Capelas”, com uma dotação atual de 1.000,00 € (mil euros), reforçou-se com 300,00 € (trezentos euros), ficando este projeto/ação com a dotação corrigida de 1.300,00 € (mil e trezentos euros).

Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, ratificar a presente revisão ao PPA.

PONTO 13 – DÉCIMA SÉTIMA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL (DL N.º 177/2015)

Foi presente à apreciação do órgão executivo a 17.ª alteração orçamental, efetuada no passado dia 16 de novembro de 2015. A alteração orçamental consistiu no seguinte:

1. Na rubrica “02.01.02.02 – Gasóleo”, com dotação atual de 2.800,00 € (dois mil e oitocentos euros), reforçou-se 200,00 € (duzentos euros), ficando esta rubrica com a dotação corrigida de 3.000,00 € (três mil euros);
2. Da rubrica “02.01.17 – Ferramentas e utensílios”, com dotação atual de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), retirou-se 310,00 € (trezentos e dez euros), ficando esta rubrica com uma dotação atual de 1.190,00 € (mil cento e noventa euros);
3. Da rubrica “02.02.03 – Conservação de Bens”, com dotação atual de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), retirou-se 200,00 € (duzentos euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 1.300,00 € (mil e trezentos euros);
4. Da rubrica “02.02.11 – Representação dos serviços”, com dotação atual de 100,00 € (cem euros), retirou-se 90,00 € (noventa euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 10,00 € (dez euros);
5. Na rubrica “02.02.20 – Outros trabalhos especializados”, com dotação atual de 6.700,00 € (seis mil e setecentos euros), reforçou-se com 300,00 € (trezentos euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 7.000,00 € (sete mil euros);
6. Na rubrica “02.02.25 – Outros serviços”, com uma dotação atual de 14.401,78 € (catorze mil, quatrocentos e um euros e setenta e oito cêntimos), reforçou-se com 500,00 € (quinhentos euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 14.901,78 € (catorze mil, novecentos e um euros e setenta e oito cêntimos);
7. Da rubrica “04.06.02 – Outras transferências”, com uma dotação atual de 15.500,00 € (quinze mil e quinhentos euros), retirou-se 400,00 € (quatrocentos euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 15.100,00 € (quinze mil e cem euros).

Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, ratificar a presente alteração orçamental.



PONTO 14 – TOLERÂNCIA DE PONTO – NATAL E ANO NOVO (DL N.º 178/2015)

Pelo Senhor Presidente da Junta foi proposto conceder tolerância de ponto a todos os funcionários da autarquia e ocupados ao abrigo dos programas FIOS e RECUPERAR, nos dias 24 e 31 de dezembro. Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar as tolerâncias de ponto propostas.

Mais deliberou a Junta dar conhecimento desta deliberação a todos os funcionários e ocupados, tendo o Senhor Secretario ficado com a incumbência de informar os trabalhadores e a Susana Brilhante de informar as senhoras das limpezas.

PONTO 15 – JANTAR DE NATAL DOS ELEMENTOS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA (DL N.º 179/2015)

Com vista à realização do tradicional jantar de natal com todos os membros da Assembleia e da Junta de Freguesia, foram consultados vários restaurantes locais e outros, para realização deste jantar, em regime de *buffet*, e com tudo incluído.

Apreciadas as propostas obtidas de vários restaurantes (Vale do Navio, Pé na Areia e Q'enosso), e sendo que o restaurante "Pé na Areia" foi aquele que apresentou o preço mais baixo, em regime de *buffet* e tudo incluído (19,50 € por pessoa), a Junta deliberou, por unanimidade, autorizar este ano a realização do jantar de natal naquele restaurante.

PONTO 16 – ALMOÇO DE NATAL COM OS FUNCIONÁRIOS DA AUTARQUIA E PROGRAMAS OCUPACIONAIS RECUPERAR E FIOS (DL N.º 180/2015)

Sendo o almoço de natal um verdadeiro e oportuno momento de confraternização, de partilha de ideias e de experiências vividas ao longo de um ano de trabalho, a Junta deliberou, por unanimidade, concretizar um almoço de natal com todos os funcionários e ocupados dos programas FIOS e RECUPERAR, no próximo dia 23 de dezembro, a partir das 12h30, nas instalações afetas à Junta de Freguesia.

Mais deliberou a Junta que, este ano o Bar do Capelense Sport Clube, de Cátia & Gonçalo Pereira, Lda., será o fornecedor das refeições, com um custo de 10,00 € (dez euros) por pessoa. As bebidas, sobremesas, pão e outros bens necessário à realização deste almoço serão adquiridas nos habituais estabelecimentos comerciais locais.

PONTO 17 – NOVA CANDIDATURA AO PROGRAMA RECUPERAR (DL N.º 181/2015)

No âmbito do combate ao desemprego e à exclusão social, a Junta deliberou, por unanimidade, proceder a nova candidatura ao Programa de Emprego RECUPERAR para a colocação de mais 6 (seis) trabalhadores ao serviço da autarquia, em que 5 (cinco) detêm qualificações equivalentes ou inferiores ao 9.º ano e 1.º (um) com licenciatura, para desempenhar serviços nas áreas da intervenção da autarquia.

O encargo a assumir pela Junta de Freguesia ao abrigo deste programa será de 132,17 € (cento e trinta e dois euros e dezassete cêntimos) por mês para cada trabalhador com habilitações equivalentes ou inferiores ao 9.º ano e de 198,25 € (cento e noventa e oito euros e vinte e cinco cêntimos) por mês para cada trabalhador com licenciatura.

A autarquia assume ainda os custos com a celebração de um seguro de acidentes de trabalho para cada trabalhador e ainda com a aquisição de equipamentos de proteção individual, tais como luvas, coletes refletos, botas de proteção mecânica ou outros que venham a ser necessário no desempenho das suas tarefas.

PONTO 18 – APOIO FINANCEIRO ÀS ESCOLAS EB1/JI (DL N.º 182/2015)

Observando-se a aproximação das festividades natalícias, a Junta deliberou, por unanimidade, para apoio às festividades próprias desta quadra (prendas, festa de natal, etc...), autorizar um apoio no valor de 150,00 € (cento e cinquenta euros) à Escola EB1/JI de Poços, considerando que naquele estabelecimento escolar existem cerca de 40 alunos, entre os quais alunos residentes na Vila de Capelas. Relativamente à EB1/JI do Rossio e do Teatro Novo, a Junta deliberou, por unanimidade, autorizar um apoio financeiro no valor de 350,00 € (trezentos e cinquenta euros).

PONTO 19 – FORNECIMENTO DE MARCOS PARA O CEMITÉRIO (DL N.º 183/2015)

Foram presentes à apreciação do órgão executivo, o orçamento n.º SJG/635, no valor de 346,80 € (trezentos quarenta e seis euros e oitenta cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA, e o orçamento n.º SJG/636, no valor de 775,20 € (setecentos e setenta cinco euros e vinte cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA, apresentados pela empresa "Irmãos R. Costa, Lda., para fornecimento dos restantes marcos para a conclusão da numeração das sepulturas do cemitério.

Após apreciação dos referidos orçamentos, a Junta deliberou, por unanimidade, adjudicar esta prestação de serviços àquela empresa pelo valor total de 1.122,00 € (mil, cento e vinte e dois euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA.

PONTO 20 – MINUTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM AS ENTIDADES LOCAIS (DL N.º 184/2015)

Pelo Senhor Presidente, foi presente à apreciação do órgão executivo a minuta de acordo de colaboração a celebrar entre a Junta de Freguesia e as entidades/instituições locais para o ano de 2016 (Anexo I). Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a referida minuta de acordo.

Para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, esta minuta de acordo de colaboração será submetida à aprovação do órgão deliberativo na próxima reunião ordinária de Assembleia de Freguesia, a realizar no corrente mês.

PONTO 21 – AQUISIÇÃO DE MOTOSERRA (DL N.º 185/2015)

Foram presentes à apreciação do órgão executivo as propostas de três empresas da especialidade para fornecimento de uma motosserra. A empresa MAP, Lda. apresentou uma proposta no valor de 930,28 € (novecentos trinta euros e vinte oito cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA. A empresa de Horácio da Silva Garcia apresentou duas propostas, uma no valor de 1.338,00 € (mil trezentos e trinta e oito euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA e outra no valor de 403,47 € (quatrocentos e três euros e quarenta e sete cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA.

Apreciado o assunto, e considerando que a empresa Horácio da Silva Garcia foi a que apresentou o preço mais baixo, a Junta deliberou, por unanimidade, adjudicar a aquisição da motosserra àquela empresa pelo valor de 403,47 € (quatrocentos e três euros e quarenta sete cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA.

PONTO 22 – PRIMEIRO BANHO DO ANO 2016 (DL N.º 186/2015)

Pelo Senhor Presidente, foi presente à apreciação do órgão executivo, a decisão do apoio à tradicional iniciativa do 1.º Banho do Ano. Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, participar e colaborar naquilo que for possível para a promoção e perpetuação desta iniciativa.

=/=

Não havendo outros assuntos agendados e a tratar, e sendo vinte e uma horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual, e para constar, lavrou-se a presente ata nos termos do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que por mim, Carla Alexandra Melo Reis, foi secretariada e que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros deste Executivo.

O Presidente

(Rui Alexandre Barbosa de Sousa)

O Secretário

(Norberto Manuel Rodrigues da Costa)

A Tesoureira

(Carla Alexandra Melo Reis)



ANEXO I

MINUTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM AS ENTIDADES LOCAIS



JUNTA DE FREGUESIA DE CAPELAS

ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A JUNTA DE FREGUESIA DE CAPELAS E

A

Entre:

A **Junta de Freguesia de Capelas**, pessoa coletiva n.º 512023271, com sede na rua Nossa Senhora da Apresentação, n.º 3, Capelas, concelho de Ponta Delgada, representada por Rui Alexandre Barbosa de Sousa, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Capelas, com poderes para o ato, adiante designado por "Primeiro Outorgante";

e

A, pessoa coletiva n.º, com sede na, 9545-....., Capelas, concelho de Ponta Delgada, representada por, na qualidade de Presidente, com poderes para o ato, adiante designado por "Segundo Outorgante";

Considerando que:

A Junta de Freguesia de Capelas pode, nos termos do artigo 2.º, e da alínea d), do n.º 2, do artigo 7.º, conjugados com as alíneas o) e v), do n.º 1, do artigo 16.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para a freguesia, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia;

O investimento na dinamização de atividades de natureza cultural, desportiva ou recreativa reveste-se de manifesto interesse para a freguesia e para o seu desenvolvimento qualitativo;

O investimento na promoção turística através de iniciativas de natureza cultural, desportiva ou recreativa é um meio eficaz da divulgação e promoção da freguesia;



JUNTA DE FREGUESIA DE CAPELAS

A Junta de Freguesia aprovou, na sua reunião ordinária de 07 de dezembro de 2015, através da DL n.º .../2015, o orçamento para o ano 2016, tendo sido aprovado atribuir uma comparticipação financeira no montante global de € (.....) ao Segundo Outorgante;

A atividade desenvolvida pelo Segundo Outorgante contribui para a prossecução dos objetivos propostos.

É livremente e de boa-fé celebrado o presente acordo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente acordo tem por objeto regular os termos da comparticipação financeira a atribuir pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, destinada a comparticipar as despesas no âmbito da sua atividade e à realização de uma atuação/atividade na Freguesia.

Cláusula 2.ª

Comparticipação financeira

1 – O valor da comparticipação financeira a transferir para o Segundo Outorgante é de € (..... euros).

2 – A importância referida no número anterior será suportada por dotação orçamental inscrita na rubrica 04.07.01 – Instituições sem fins lucrativos.

Cláusula 3.ª

Pagamento da comparticipação financeira

1 – A comparticipação financeira será efetuada em três prestações:

a) A primeira prestação, correspondente a 35% do valor referido na cláusula anterior, vence-se com a assinatura do presente acordo;



JUNTA DE FREGUESIA DE CAPELAS

b) A segunda prestação, correspondente a 35% do valor referido na cláusula anterior, é liquidada durante o mês de junho;

c) A terceira prestação, correspondente a 30% do valor referido na cláusula anterior, é liquidada durante o mês de novembro;

2 – Os pagamentos são efetuados por cheque ou por transferência bancária para a conta a indicar pelo Segundo Outorgante.

Cláusula 4.^a

Obrigações dos outorgantes

1 – Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

a) Assegurar a comparticipação financeira, nos termos e nas condições previstas no presente acordo.

b) Verificar a boa execução do presente acordo por parte do Segundo Outorgante, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, podendo, para esse efeito, por si, ou através de interposta pessoa por ele designada, realizar as ações de fiscalização consideradas adequadas.

2 – Constituem obrigações do Segundo Outorgante:

a) Executar o objeto do presente acordo, aplicando a comparticipação financeira atribuída ao fim a que se destina;

b) Apresentar os documentos comprovativos da realização da despesa, nomeadamente faturas e recibos, bem como qualquer outra documentação relevante, respeitantes à realização da ação apoiada;

c) Prestar, no prazo que lhe for fixado, todas as informações e documentos que forem solicitadas pelo Primeiro Outorgante, ou por pessoa por ele designada, relativas à execução do presente acordo, bem como facultar o acesso dos agentes fiscalizadores às respetivas instalações e documentos de prestação de contas;



JUNTA DE FREGUESIA DE CAPELAS

3 – O Segundo Outorgante deve remeter ao Primeiro Outorgante, até ao termo da vigência do presente acordo, os documentos comprovativos da receção da comparticipação financeira, nomeadamente através de recibo ou declaração.

Cláusula 5.^a

Suspensão e resolução do acordo

1 – O incumprimento, ainda que parcial, do presente acordo por qualquer das partes outorgantes, constitui a outra no direito de suspender a sua execução, bem assim no direito de o resolver.

2 – A suspensão e a resolução referidas no número anterior efetuam-se mediante de declaração dirigida à parte faltosa, produzindo efeitos a partir da data da assinatura de tal aviso.

3 – A resolução do acordo, quando exercida pelo Primeiro Outorgante, constitui o Segundo Outorgante na obrigação de restituir a comparticipação financeira que lhe tenha sido paga.

Cláusula 6.^a

Produção de efeitos e vigência

1 – O presente acordo produz efeitos desde a data da sua assinatura e, salvo quando haja lugar a resolução, **cessa a sua vigência em 31-12-2016.**

2 – A cessação da vigência do acordo pelo decurso do prazo não extingue a obrigação de o Segundo Outorgante restituir a comparticipação financeira que lhe tenha sido paga, no caso de esta não ter sido aplicada ao fim a que se destinava.

3 – Para os efeitos previstos no número anterior, presume-se que a comparticipação financeira não foi aplicada ao fim a que se destinava quando o Segundo Outorgante não apresentar os documentos comprovativos da realização da despesa.



JUNTA DE FREGUESIA DE CAPELAS

O presente acordo é celebrado em dois exemplares originais, ficando um na posse do Primeiro Outorgante e outro na posse do Segundo Outorgante.

Vila de Capelas, ... de de 2016

Pelo Primeiro Outorgante,

Rui Alexandre Barbosa de Sousa
(Presidente da Junta de Freguesia de Capelas)

Pelo Segundo Outorgante,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(Presidente da)